

ESCRITURA PARTICULAR DA 5ª EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO
CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE SEM GARANTIA NEM
PREFERÊNCIA DA NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.

Por este instrumento particular, de um lado, como emissora,

a. NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A., sociedade por ações, com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Verbo Divino, nº 1.356, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.108.786/0001-65, doravante designada simplesmente ("Emissora"), devidamente representada na forma do seu Estatuto Social; e

e, de outro lado, como agente fiduciário,

b. OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S/A, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205, Condomínio Downtown, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 5ª emissão pública de debêntures da Emissora ("Debenturistas"), sendo a Emissora e o Agente Fiduciário doravante denominados "Partes";

vêm por esta e na melhor forma de direito celebrar a presente "Escritura Particular da 5ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie sem garantia nem preferência da Net Serviços de Comunicação S.A." (respectivamente, "Escritura de Emissão", "Emissão" ou "Oferta" e "Debêntures"), que se regerá pelas cláusulas e condições abaixo dispostas.

CLÁUSULA I
AUTORIZAÇÃO

1.1. Esta Escritura de Emissão é celebrada de acordo com a Reunião do Conselho de Administração da Emissora, realizada em 2 de setembro de 2005, bem como com uma Reunião do Conselho de Administração a ser realizada posteriormente, para fins de aprovação do *spread* mencionado na Cláusula 4.9.3 (individualmente, "RCA" ou, em conjunto, as "RCAs").

CLÁUSULA II
REQUISITOS

2.1. REGISTRO NA COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS, ANBID E OUTROS

2.1.1. A oferta pública das Debêntures será registrada (i) na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), na forma prevista na Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, devidamente consolidada, na Instrução

CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2001 ("Instrução CVM 400/03") e demais disposições legais e regulamentares pertinentes e (ii) na Associação Nacional dos Bancos de Investimento – ANBID ("ANBID"), no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro pela CVM, nos termos do Artigo 22 do Código de Auto-Regulação da ANBID para as Ofertas Públicas de Títulos e Valores Mobiliários, de 16 de janeiro de 2002 ("Código ANBID").

2.1.2. As Debêntures terão registro para distribuição no mercado primário no Sistema de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado pela Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA ("ANDIMA") e operacionalizado pela CETIP – Câmara de Custódia e Liquidação ("CETIP").

2.2. ARQUIVAMENTO E PUBLICAÇÃO DA ATA DA RCA

2.2.1. A ata da RCA que aprovou a Emissão será devidamente arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP"), e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, devidamente consolidada ("Lei das Sociedades por Ações").

2.2.2 A ata da RCA que aprovará o *spread* será devidamente arquivada na JUCESP, e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo, e no jornal "Valor Econômico", edição nacional, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

2.3. INSCRIÇÃO DA ESCRITURA DE EMISSÃO

2.3.1. Esta Escritura de Emissão será inscrita na JUCESP, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, da Lei das Sociedades por Ações.

CLÁUSULA III CARACTERÍSTICAS DA 5ª EMISSÃO

3.1. MONTANTE TOTAL DA EMISSÃO

3.1.1. O montante total da Emissão será de R\$ 650.000.000,00, na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 4.1 abaixo.

3.2. QUANTIDADE DE DEBÊNTURES

3.2.1. Serão emitidas 65.000 Debêntures.

3.3. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

3.3.1. Os recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures serão destinados para o pagamento das dívidas financeiras da Emissora, conforme descrito no prospecto definitivo de Emissão ("Prospecto Definitivo").



3.4. LIMITE DA EMISSÃO

3.4.1. A Emissão atende aos limites previstos no *caput* do artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações, uma vez que o capital social integralizado da Emissora nesta data é de R\$ 3.387.408.498,71.

3.5. COLOCAÇÃO E PROCEDIMENTO DE DISTRIBUIÇÃO

3.5.1. As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que as instituições intermediárias da Emissão, com expressa e prévia anuência da Emissora, organizarão plano de distribuição, tendo como público alvo pessoas físicas e jurídicas e investidores institucionais, tais como instituições financeiras, entidades abertas e fechadas de previdência complementar, seguradoras e demais administradores de recursos de terceiros.

3.5.2. A distribuição pública das Debêntures somente terá início após a concessão do registro da Emissão pela CVM, a publicação do anúncio de início de distribuição e a disponibilização do Prospecto Definitivo da Emissão, nos termos da Instrução CVM nº 400/03.

3.6. BANCO MANDATÁRIO E ESCRITURADOR

3.6.1 O Banco Bradesco S.A. será o banco mandatário e escriturador da Emissora perante as entidades administradoras de mercado secundário para negociação das Debêntures e também a instituição escrituradora das Debêntures ("Banco Mandatário e Escriturador").


CLÁUSULA IV CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES DA EMISSÃO

4.1. DATA DE EMISSÃO

4.1.1. Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será 15 de agosto de 2005 ("Data de Emissão").

4.2. FORMA DE SUBSCRIÇÃO E PRAZO DE INTEGRALIZAÇÃO

4.2.1. As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração (conforme definidos na Cláusula 4.3. abaixo), sendo a Remuneração calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, inclusive, até a data da efetiva integralização, exclusive.

GAN


4.2.2. As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira da CETIP.

4.3. VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES

4.3.1. O valor nominal unitário das Debêntures, na Data de Emissão, será de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) ("Valor Nominal Unitário").

4.4. NEGOCIAÇÃO

4.4.1. No mercado secundário, as Debêntures serão admitidas à negociação (i) no SND, administrado pela ANDIMA sendo os negócios liquidados na CETIP; e (ii) no BOVESPAFIX, sendo os negócios liquidados na CBLC segundo suas normas e procedimentos. As Debêntures submeter-se-ão às regras e controles de compensação e liquidação da CETIP ou da CBLC, conforme o caso.

4.5. TIPO/CONVERSIBILIDADE

4.5.1. As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações.

4.5.2. Não serão emitidos certificados representativos das Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Banco Mandatário e Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures, o relatório de posição de ativos expedido pelo SND, acompanhado de extrato em nome do Debenturista, emitido pela instituição financeira responsável pela custódia desses títulos quando depositados na CETIP. Para as Debêntures depositadas na CBLC, será emitido pela CBLC extrato de custódia em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

4.6. ESPÉCIE

4.6.1. As Debêntures são da espécie sem garantia nem preferência (quirografária).

4.7. FORMA

4.7.1. As Debêntures são da forma nominativa e escritural.

4.8. PRAZO E VENCIMENTO

4.8.1. O prazo das Debêntures é de 6 (seis) anos, contados a partir da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 15 de agosto de 2011 (a "Data de Vencimento").

4.8.2. Na Data de Vencimento, a Emissora procederá ao pagamento integral, em uma única parcela, das Debêntures que ainda estejam em circulação, pelo saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido da Remuneração devida, calculada *pro rata temporis* a partir da última Data de Pagamento de Remuneração, inclusive, conforme definida na Cláusula 4.9.4 abaixo, até a data do efetivo pagamento em questão, exclusive.



4.9. ATUALIZAÇÃO E REMUNERAÇÃO DAS DEBÊNTURES

4.9.1. Atualização: O Valor Nominal Unitário não será atualizado.

4.9.2. A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus à seguinte remuneração ("Remuneração"):

4.9.3. Juros Remuneratórios: As Debêntures renderão juros, correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros de um dia, "over extra grupo", calculadas e divulgadas pela CETIP ("Taxa DI"), acrescida, observada a fórmula constante da Cláusula 4.9.6 abaixo, de um *spread* de 1,50% (um inteiro e cinquenta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, incidente sobre o Valor Nominal Unitário, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido na Cláusula 4.9.4 abaixo.

4.9.3.1 O *spread* mencionado na Cláusula 4.9.3 acima poderá ser reduzido na hipótese de, em processo de *bookbuilding*, ser apurada taxa inferior, o que ensejará o aditamento da presente Escritura de Emissão para refletir o novo *spread*.

4.9.4. Define-se Período de Capitalização como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento dos juros imediatamente anterior, inclusive, no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento de juros correspondente ao período em questão, exclusive. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento. Os juros correspondentes aos Períodos de Capitalização serão devidos semestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo a primeira Data de Pagamento em 15 de fevereiro de 2006 e a última Data de Pagamento de Remuneração coincidindo com a Data de Vencimento das Debêntures.

4.9.5. As taxas médias diárias são acumuladas de forma exponencial utilizando-se o critério *pro rata temporis*, até a data do efetivo pagamento dos juros, de forma a cobrir todo o Período de Capitalização.

4.9.6. O cálculo dos juros obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde:

J = valor dos juros devidos no final de cada Período de Capitalização, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário da debênture, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

$FatorJuros$ = Fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread* calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

GARY

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

Onde:

FatorDI = produtório das Taxas DI Over com uso do percentual aplicado, da data de início de capitalização, inclusive, até a data de cálculo exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + TDI_k]$$

onde:

n_{DI} = número total de Taxas DI Over, sendo " n_{DI} " um número inteiro;

TDI_k = Taxa DI Over, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{d_k}{252}} - 1, \text{ onde: } k = 1, 2, \dots, n$$

DI_k = Taxa DI Over divulgada pela CETIP, utilizada com 2 (duas) casas decimais;

d_k = número de dia(s) útil(eis) correspondentes ao prazo de validade da taxa DI Over, sendo " d_k " um número inteiro (a taxa DI é válida por um dia útil);


FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos acrescida ao rendimento de uma debênture referenciada em taxas flutuantes, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;

$$FatorSpread = \left\{ \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{N}{252}} \right]^{\frac{DF}{DT}} \right\}$$

onde:

spread = spread ou sobretaxa, na forma percentual ao ano, informado com 4 (quatro) casas decimais;

N = número de dias representativo do spread, sendo calculado baseado em um ano de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis;



n = o número de dias úteis entre a data do próximo evento e a data do evento anterior, sendo "n" um número inteiro;

DT = é o número de dias úteis entre o último evento, sendo "DT" um número inteiro;

DP = é o número de dias úteis entre o último evento e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável pelo seu cálculo.

Observações:

(a) O fator resultante da expressão $[1 + TDI_k]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais sem arredondamento.

(b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + TDI_k]$ sendo que, a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado.

(c) Uma vez os fatores diários estando acumulados, considera-se o fator resultante "Fator DI" com 8 (oito) casas decimais com arredondamento.

4.9.7. No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Cláusula, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida, acrescida do percentual, se houver, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI respectiva.

4.9.8. Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 30 (trinta) dias úteis contados da data esperada para sua apuração e/ou divulgação (o "Período de Ausência da Taxa DI"), ou, ainda, no caso de sua extinção ou por imposição legal ou determinação judicial, será utilizada em substituição à Taxa DI a taxa média dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais apurada no Sistema Especial de Liquidação e Custódia ("Taxa Selic").

4.9.9. Na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal da Taxa Selic, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei das Sociedades por Ações e na CLÁUSULA VII desta Escritura de Emissão), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado ("Taxa Substitutiva"). A Assembleia de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência da Taxa DI ou Taxa Selic ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal da Taxa DI ou Taxa Selic. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de

GAN



quaisquer obrigações previstas neste item, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI ou Taxa Selic conhecida, conforme o caso, até a data da deliberação da Assembléia de Debenturistas.

4.9.10. Caso a Taxa DI ou a Taxa Selic, conforme o caso, venha a ser divulgada antes da realização da Assembléia de Debenturistas, a referida Assembléia não será mais realizada, e a Taxa DI ou a Taxa Selic, conforme o caso, a partir de sua divulgação, passará novamente a ser utilizada para o cálculo dos juros remuneratórios das Debêntures.


4.9.11 Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação, a Emissora optará, a seu exclusivo critério, por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 15 (quinze) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, qual a alternativa escolhida:

- (i) A Emissora deverá pré-pagar a totalidade das Debêntures, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembléia de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário remanescente acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pré-pagamento, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Remuneração aplicável às Debêntures a serem pré-pagas, para cada dia do período em que ocorra a ausência de taxas, será utilizada a última Taxa DI divulgada oficialmente ou a última Taxa Selic divulgada anteriormente, conforme o caso; ou
- (ii) A Emissora deverá amortizar integralmente a totalidade das Debêntures em Circulação, em cronograma a ser estipulado pela Emissora, o qual não excederá o prazo de vencimento e as amortizações originalmente programadas das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida na Cláusula 4.10.1 da Escritura de Emissão, observado que, até a amortização integral das Debêntures será utilizada uma Taxa Substitutiva definida pelos Debenturistas e apresentada à Emissora na referida Assembléia de Debenturistas, a qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época. Caso a respectiva taxa de Remuneração seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias.

4.10. DATA DE PAGAMENTO DA REMUNERAÇÃO

4.10.1. O pagamento da remuneração das Debêntures será feito semestralmente, a partir da Data de Emissão, no dia 15, nos meses de agosto e fevereiro de cada ano, sendo o último pagamento em 15 de agosto de 2011.

GBR



4.11. AMORTIZAÇÃO PROGRAMADA

4.11.1. Respeitados os termos da Cláusula 4.13.3., as Debêntures serão objeto de amortização programada de modo que o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado nas seguintes datas: 15 de agosto de 2008, 15 de agosto de 2009, 15 de agosto de 2010 e 15 de agosto de 2011, comprometendo-se a Emissora a liquidar, com a última parcela de amortização programada, todas as obrigações financeiras devidas aos debenturistas decorrentes desta Escritura de Emissão. O valor de cada uma das parcelas de amortização será equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) sobre o Valor Nominal Unitário.

4.12. REPACTUAÇÃO

4.12.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas a repactuação programada.

4.13. AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA

4.13.1. A Emissora poderá amortizar extraordinariamente as Debêntures em Circulação, a qualquer momento, mediante publicação de "Aviso aos Debenturistas", com antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis da data para pagamento da amortização.

4.13.2. A amortização extraordinária poderá ser total ou parcial, sobre o Valor Nominal Unitário, na data da referida amortização, acrescido (i) da Remuneração devida calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data da respectiva amortização, exclusive; e (ii) de prêmio percentual apurado de acordo com a fórmula descrita abaixo, calculado sobre o valor da referida amortização ("Prêmio"):

Prêmio (%) = $P \times (DD / TDC)$, onde:

$P = 0,60\%$ (sessenta centésimos por cento)

DD = é o número de dias corridos a decorrer até a Data de Vencimento, inclusive, contados da data estipulada para a respectiva amortização extraordinária.

TDC = 2.191 (dois mil, cento e noventa e um), que é o número total de dias corridos desde a Data de Emissão até a Data de Vencimento.

4.13.3. O valor de qualquer amortização parcial extraordinária reduzirá de forma proporcional todas as parcelas vincendas de amortização.

4.14. RESGATE ANTECIPADO

4.14.1. As Debêntures desta Emissão não estarão sujeitas ao resgate antecipado pela Emissora.

GAT


4.15. AQUISIÇÃO FACULTATIVA

4.15.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures no mercado, por preço não superior ao seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis*, observado o disposto no parágrafo segundo, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações. As Debêntures objeto de tal aquisição poderão ser canceladas, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado.

4.16. VENCIMENTO ANTECIPADO

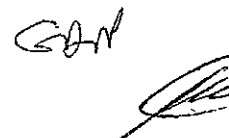
4.16.1. Respeitados os itens (a) e (b) da Cláusula 4.16.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial, na ocorrência de qualquer um dos seguintes eventos:

- (a) pedido de recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, formulado pela Emissora, ou por qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas;
- (b) extinção, liquidação, dissolução, insolvência, pedido de autofalência, pedido de falência não elidido no prazo legal ou decretação de falência da Emissora ou de qualquer de suas controladas, diretas ou indiretas, ressalvadas as operações de incorporação, fusão, extinção, liquidação ou dissolução das controladas, diretas ou indiretas, da Emissora realizadas para fins de reestruturação societária, nas quais os bens e ativos remanescentes sejam detidos pela Emissora ou por suas controladas, diretas ou indiretas;
- (c) falta de pagamento, pela Emissora, do principal e/ou da Remuneração das Debêntures nas respectivas datas de vencimento, não sanadas no prazo de 2 (dois) dias úteis contados das respectivas datas de vencimento;
- (d) descumprimento pela Emissora de qualquer obrigação não-pecuniária relevante relacionada à Emissão assumida nesta Escritura de Emissão, salvo se, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis da data do recebimento pela Emissora de notificação a ser obrigatoriamente enviada pelo Agente Fiduciário, tal descumprimento for sanado;
- (e) alteração do controle acionário da Emissora que não resulte na Globo Comunicações e Participações S.A. e/ou suas Afiliadas; ou a Telefônos de México, S.A. de C.V. e/ou suas Afiliadas; ou ambos, como controladores (direta ou indiretamente) da Emissora;
- (f) término, extinção ou transferência da autorização da Emissora ou de qualquer de suas controladas para a exploração de serviços de televisão a cabo, desde

GDAP 

que afete de forma adversa e relevante a condição financeira e o resultado da Emissora, representado por uma redução de ~~10% (dez por cento)~~ ou mais na receita consolidada da Emissora nos últimos ~~12 (doze) meses~~;

- (g) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora ou de qualquer de suas controladas ~~em valor individual ou global superior ao equivalente R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais)~~, valor que será atualizado pelo Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), a partir de 15 de agosto de 2008 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo;
- (h) protesto legítimo de títulos contra a Emissora, ainda que na condição de garantidora, ou de qualquer de suas controladas, cujo valor individual ou global ultrapasse o equivalente R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), valor que será atualizado pelo IGP-M, a partir de 15 de agosto de 2008 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo - salvo se (i) no prazo de 5 (cinco) dias úteis a Emissora tiver comprovado que o protesto foi efetuado por erro ou má-fé de terceiro, (ii) for cancelado, (iii) for pago, ou ainda (iv) tiver a sua exigibilidade suspensa por decisão judicial;
- (i) decisão judicial transitada em julgado ou arbitral definitiva, de natureza condenatória, contra a Emissora ou de qualquer de suas controladas, cujo valor total ultrapasse a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais), valor que será atualizado pelo IGP-M, a partir de 15 de agosto de 2008 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo - desde que a Emissora não comprove o pagamento ao Agente Fiduciário no prazo de 30 (trinta) dias úteis a partir do referido pagamento, do referido valor total, nos prazos e termos estabelecidos em referida decisão judicial transitada em julgado ou decisão arbitral definitiva;
- (j) comprovação de inveracidade, insuficiência, incorreção ou inconsistência de qualquer declaração feita pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou de qualquer informação constante do Prospecto Definitivo relacionada diretamente às atividades da Emissora, desde que afete de forma adversa e relevante a capacidade da Emissora de cumprir com as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (k) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, salvo se (a) a incorporada for uma Afiliada da Emissora; ou (b) nos termos do artigo 231 da Lei das Sociedades por Ações: (i) tal alteração societária for aprovada por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação ou (ii) se for garantido o direito de resgate pelo prazo de 6 (seis) meses aos Debenturistas que não concordarem com referida cisão, fusão ou incorporação;
- (l) redução de capital da Emissora e/ou recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento, exceto se tal redução de capital da Emissora e/ou a recompra pela Emissora de suas próprias ações para cancelamento forem previamente autorizadas pelos Debenturistas, nos termos do parágrafo terceiro do artigo 174 da Lei das Sociedades por Ações;



- (m) deliberação ou distribuição de dividendos, juros sobre o capital próprio ou qualquer outra participação no lucro prevista no Estatuto Social da Emissora, se estiver em mora com as obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura de Emissão, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto no art. 202 da Lei das Sociedades por Ações;
- (n) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros da totalidade ou parte substancial dos ativos da Emissora que possa afetar de forma adversa e relevante a condição financeira e resultado da Emissora, representada por uma redução de 10% (dez por cento) ou mais na receita consolidada da Emissora nos últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva transferência, cessão ou promessa de cessão;
- (o) não-manutenção, até o Vencimento das Debêntures, e desde que haja Debêntures em Circulação, dos seguintes índices e limites, o que será apurado no último dia de cada trimestre tomando-se por base os últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração. Não obstante o contido na sentença anterior, para o cálculo do índice (ii) abaixo, nas datas de 30 de setembro 2005 e 31 de dezembro de 2005, a Emissora utilizará a despesa financeira anualizada com base nos períodos 31 de março de 2005 a 30 de setembro de 2005 e 31 de março de 2005 a 31 de dezembro de 2005, respectivamente:
 - (i) o índice obtido da divisão da Dívida Líquida Consolidada pelo EBITDA (conforme definidos abaixo) não deverá ser igual ou superior a 2,5;
 - e
 - (ii) o índice obtido da divisão entre EBITDA (conforme definido abaixo) pelas Despesas Líquidas de Juros Consolidadas (conforme definido abaixo) deverá ser igual ou superior a 1,5.

4.16.2 Para fins da Cláusula 4.16.1 (o) e desta Escritura de Emissão os termos elencados abaixo têm o significado aqui a eles determinados:

“Dívida Líquida Consolidada” significa o somatório, em uma determinada data, das dívidas de empréstimos, financiamentos, debêntures, ou garantias de dívidas de terceiros que tenham sido contraídas pela Emissora, que tenham correção por algum indexador ou taxa de juros. Nas Demonstrações Financeiras Padronizadas da Emissora, corresponde aos empréstimos, financiamentos e debêntures do Passivo Circulante e do Passivo Exigível a Longo Prazo, diminuído das disponibilidades (caixa, bancos, aplicações de liquidez imediata, ou aplicações de curto prazo e títulos e valores mobiliários), conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

“EBITDA” significa, para qualquer período, o lucro (prejuízo) líquido do período acrescido das despesas de imposto de renda e contribuição social, das participações em controladas e coligadas, das despesas (receitas) financeiras líquidas, das despesas (receitas) não operacionais líquidas, da participação de acionistas minoritários e das



despesas com depreciações e amortizações, conforme demonstrações financeiras consolidadas da Emissora.

“Sociedade”, significa, qualquer indivíduo, corporação, companhia, sociedade limitada, associação voluntária, sociedade, *joint venture*, truste, autarquia, organização, sem personalidade jurídica ou governo (ou qualquer agência, setor, ou subdivisão política dos mesmos) ou outra entidade de qualquer natureza.

“Despesa Líquida de Juros Consolidada” significa, em relação a qualquer período, a soma, sem duplicação, de: (a) despesas de juros da Emissora, acumuladas e pagas ou exigíveis em dinheiro em tal período, conforme determinado de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil, *menos* (b) a receita proveniente de juros da Emissora, acumulada e recebida ou a receber em dinheiro durante tal período, considerada de forma consolidada, de acordo com as práticas contábeis geralmente aceitas no Brasil.

“Afilhada” significa qualquer Sociedade que, direta ou indiretamente, controla, é controlada ou está sob o Controle comum, direto ou indireto, com relação à sociedade em referência, sendo certo que essa definição de Afilhada, conforme o caso, também se aplica às demais cláusulas desta Escritura de Emissão.

“Controle” significa o poder de gerir os negócios de uma Sociedade, direta ou indiretamente, seja pela propriedade de ações ou direito a voto, por direito assegurado contratualmente ou por qualquer outra forma.

4.16.3. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nos subitens (a), (b), (c) e (f) da Cláusula 4.16.1 acima, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial.

- (a) Na ocorrência de qualquer dos demais eventos indicados na Cláusula 4.16.1 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data em que tomar conhecimento da ocorrência de qualquer dos referidos eventos, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, observado o procedimento de convocação previsto abaixo e o *quorum* específico estabelecido na Cláusula abaixo. A Assembléia de Debenturistas aqui tratada deverá se realizar no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar da data de publicação do edital relativo à primeira convocação, ou no prazo máximo de 8 (oito) dias a contar da data de publicação do edital relativo à segunda convocação, se aplicável, sendo que na hipótese de segunda convocação o respectivo edital deverá ser publicado no primeiro dia útil imediatamente posterior à data indicada para a realização da Assembléia de Debenturistas nos termos da primeira convocação.
- (b) A Assembléia de Debenturistas a que se refere a Cláusula (a) anterior poderá,



por deliberação de, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em Circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures.

4.16.4. Não se realizando a Assembléia de Debenturistas conforme disposto na Cláusula (b) supra no prazo de até 30 (trinta) dias contados da convocação, não havendo sua convocação ou não havendo deliberação na data originalmente estabelecida para sua realização, salvo se por suspensão da Assembléia de Debenturistas, em qualquer caso decorrente de ato ou fato não imputável ao Agente Fiduciário, este deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o imediato pagamento pela Emissora do Valor Nominal Unitário remanescente, acrescido da Remuneração, devida desde a data da Emissão, ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo pagamento, exclusive, calculada *pro rata temporis*, e encargos.

4.16.5. Para fins dos itens (a) e (b) da Cláusula 4.16.1. acima, será considerado como decretação de falência, recuperação judicial ou submissão aos credores de pedido de negociação de plano de recuperação extrajudicial, qualquer procedimento extrajudicial ou judicial análogo previsto na legislação que venha a substituir ou complementar a atual legislação aplicável a falências, recuperação judicial e extrajudicial, conforme definido, em ambos os casos, na Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.

4.17. PAGAMENTO NA OCORRÊNCIA DE VENCIMENTO ANTECIPADO

4.17.1. Na ocorrência do vencimento antecipado das Debêntures, nos termos da Cláusula 4.16 acima, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário remanescente acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora aos detentores das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão, em até 5 (cinco) dias úteis contados de comunicação nesse sentido a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora através de carta protocolada no endereço constante da CLÁUSULA IX desta Escritura de Emissão, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 4.20.1.

4.18. LOCAL DE PAGAMENTO

4.18.1. Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados utilizando-se, conforme o caso: (a) (i) os procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures registradas no SND; (ii) os procedimentos adotados pela CBLC, para as Debêntures registradas no BOVESPAFIX, ou (b) no caso de titulares de Debêntures que não estejam vinculados a tais sistemas pelo Banco Mandatário e Escriturador, mediante depósito em contas-correntes indicadas pelos Debenturistas.



4.19. PRORROGAÇÃO DOS PRAZOS

4.19.1. Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura de Emissão, até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo ou feriado bancário na Cidade de São Paulo.

4.20. ENCARGOS MORATÓRIOS

4.20.1. Ocorrendo impontualidade da Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso ficarão sujeitos a multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ambos calculados sobre os valores em atraso desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial.

4.21. DECADÊNCIA DO DIREITO AOS ACRÉSCIMOS

4.21.1. O não-comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a qualquer das obrigações pecuniárias devidas pela Emissora, nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de Remuneração e/ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento.

4.22. PUBLICIDADE

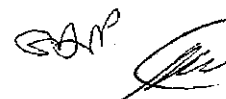
4.22.1. Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver interesses dos Debenturistas serão veiculados, na forma de avisos, no jornal "Valor Econômico", edição nacional.

4.23. FUNDO DE MANUTENÇÃO DE LIQUIDEZ E ESTABILIZAÇÃO

4.23.1. Não será constituído fundo de manutenção de liquidez ou firmado contrato de garantia de liquidez ou estabilização de preço para as Debêntures.

4.24. IMUNIDADE TRIBUTÁRIA

4.24.1. Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário e Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor, como se não fosse imune ou gozasse de isenção tributária.



4.25. RESGATE DAS DEBÊNTURES EM CASO INCORPORAÇÃO, FUSÃO OU CISÃO

4.25.1. A Emissora poderá ser objeto de operações de incorporação, fusão ou cisão, sem a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia de Debenturistas, se for assegurado aos Debenturistas que o desejarem, durante o prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data de publicação das atas de assembleias relativas à operação, o resgate das Debêntures de que forem titulares.

4.25.2. Os Debenturistas que optarem por terem suas Debêntures resgatadas nos termos desta Cláusula deverão manifestar sua intenção, por escrito, à Emissora na forma da CLÁUSULA IX abaixo, sendo que todas as etapas do processo de eventual resgate por parte dos debenturistas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Fica definido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalizar o resgate parcial, não haverá a necessidade de aditamento da presente Escritura ou qualquer outra formalidade.

4.25.3. Em até 5 (cinco) dias contados do aviso enviado nos termos da Cláusula anterior, a Emissora deverá promover o resgate das Debêntures detidas pelo Debenturista notificante, pelo seu Valor Nominal Unitário não amortizado acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* a partir da Data de Emissão ou da última Data de Pagamento da Remuneração, conforme o caso, inclusive, até a data do efetivo resgate, exclusive, observado o disposto no artigo 55, parágrafo primeiro, da Lei das Sociedades por Ações.

4.25.4. O resgate das Debêntures objeto da notificação especificada na Cláusula 4.25.3. acima dar-se-á (i) através de operação de compra e venda definitiva, conforme o regulamento de operações do Sistema Nacional de Debêntures, no mercado secundário, em relação às Debêntures registradas no SND, ou (ii) de acordo com os procedimentos especificados pela CBLC (os quais deverão ser seguidos pelos Agentes de Custódia na CBLC), em relação às Debêntures registradas no BOVESPAFIX e custodiadas na CBLC.

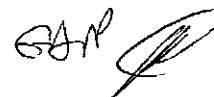
CLÁUSULA V OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

5.1. A Emissora obriga-se a:

(a) fornecer ao Agente Fiduciário:

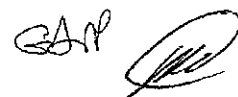
- (i) com a maior brevidade possível, qualquer informação razoável, incluindo, mas não se limitando, àquelas relativas a matéria contábil, que venha a lhe ser solicitada, por escrito, para a defesa dos interesses dos Debenturistas, observada a legislação aplicável e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial para a Emissora;
- (ii) as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 4.22 acima, na mesma data em que forem publicadas;

- (iii) informação a respeito de qualquer dos eventos mencionados na Cláusula 4.16 acima, imediatamente após o seu conhecimento pela Emissora, sem prejuízo do Agente Fiduciário declarar antecipadamente vencidas as obrigações relativas às Debêntures, nos limites desta Escritura de Emissão;
- (iv) cópia de suas demonstrações financeiras anuais completas na mesma data em que tais demonstrativos forem entregues à CVM, acompanhadas de parecer dos auditores independentes;
- (v) dentro de, no máximo, 120 (cento e vinte) dias corridos do término de cada exercício social, no caso do cálculo dos índices quando do término de cada exercício social e dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias corridos do término de cada trimestre social, relatório revisado pelos auditores independentes, explicitando as rubricas necessárias à apuração dos índices financeiros previstos na alínea (o) da Cláusula 4.16.1 acima, acompanhadas de relatório demonstrando a apuração de tais índices financeiros, bem como declaração da Emissora atestando o cumprimento das obrigações constantes na alínea (o) da Cláusula 4.16.1 desta Escritura de Emissão;
- (vi) cópia de suas informações periódicas e eventuais exigidas pela Instrução CVM nº 202, de 6 de dezembro de 1993 ("Instrução CVM nº 202/93") e suas alterações posteriores, na mesma data em que forem entregues à CVM e, dentro de, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias após o término dos trimestres encerrados em 31 de março, 30 de junho e 30 de setembro de cada ano, cópia de suas Informações Trimestrais (ITRs) e, até 30 de abril de cada ano, cópia de suas Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFPs), acompanhadas de parecer dos auditores independentes; e
- (vii) informação sobre qualquer descumprimento de obrigação pecuniária cujo valor devido e não pago, individualmente ou em série de operações, exceda R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) valor este que será atualizado pelo IGP-M, a partir de 15 de agosto de 2008 ou, na impossibilidade de utilização deste, pelo índice que melhor vier a substituí-lo;
- (b) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta perante a CVM e disponibilizar ao Agente Fiduciário as demonstrações financeiras elaboradas e aprovadas, previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações, quando solicitado;
- (c) convocar, nos termos da CLÁUSULA VII, Assembléia de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, direta ou indiretamente, se relacione com a Emissão, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (d) cumprir todas as determinações emanadas da CVM, relacionadas com as Debêntures, inclusive mediante envio de documentos, e prestando, ainda, as



informações que lhe forem solicitadas pela CVM, observada a legislação aplicável, devendo manter em adequado funcionamento um órgão de atendimento ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas na forma exigida pela CVM;

- (e) notificar imediatamente o Agente Fiduciário, observado, se for o caso, o disposto na Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2001 (Instrução CVM nº 358/01”), sobre qualquer alteração substancial e adversa na sua condição financeira, econômica, comercial, operacional ou societária ou nos seus negócios que na opinião da Emissora: (i) impossibilite ou dificulte de forma relevante o cumprimento de suas obrigações decorrentes desta Escritura de Emissão; (ii) faça com que as suas demonstrações ou informações financeiras não mais reflitam a sua real condição financeira; ou (iii) implique no descumprimento pela Emissora de quaisquer termos e condições desta Escritura de Emissão;
- (f) cumprir, em todos os aspectos relevantes, as leis, regras, regulamentos e ordens aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos;
- (g) preparar, em conjunto com a instituição líder da distribuição pública das Debêntures, todos os documentos necessários à obtenção do registro da Emissão perante a CVM;
- (h) manter contratados, durante o prazo de vigência das Debêntures, às suas expensas, Banco Mandatário e Escriturador e Agente Fiduciário, além do SND e do BOVESPAFIX;
 - (i) manter sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e permitir ao Agente Fiduciário acesso a todo e qualquer relatório do auditor independente entregue à Emissora;
- (j) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame por empresa de auditoria independente, registrada na CVM;
- (k) conduzir todas as operações com partes relacionadas de acordo com os padrões éticos que norteiam tais negócios;
- (l) manter atendimento adequado aos debenturistas para assegurar-lhes tratamento eficiente e para prestar esclarecimentos ou informações aos debenturistas e ao Agente Fiduciário a respeito de suas demonstrações financeiras, sua contabilidade, seus ativos e suas operações;
- (m) manter contratada agência classificadora de risco para atualização do relatório apresentado por ocasião da colocação das Debêntures, até a Data de Vencimento, amortização ou resgate total das Debêntures, devendo (i) manter anualmente atualizada a classificação de risco, (ii) divulgar ou permitir que a agência divulgue relatório com a súmula da classificação de risco; (iii) entregar ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco no



prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de seu recebimento; e
(iv) comunicar imediatamente ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

- (n) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;
- (o) manter seguros conforme as práticas usualmente adotadas pela Emissora, conforme descritas no Prospecto Definitivo;
- (p) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme previsto nesta Escritura de Emissão; e
- (q) encaminhar à CVM relatórios e súmulas de classificação de risco das Debêntures que tenham sido preparados por agência de classificação de risco, nos termos da alínea (n) acima.

5.2. A Emissora obriga-se a ressarcir o Agente Fiduciário de todas as despesas razoáveis que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios, e outras despesas e custos comprovadamente incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão.

5.2.1. As despesas a que se refere a Cláusula 5.2 acima compreenderão, entre outras, as seguintes:

- (a) publicação de relatórios, avisos, editais e notificações conforme previsto nesta Escritura de Emissão, e outros que vierem a ser exigidas pela regulamentação aplicável;
- (b) extração de certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (c) despesas de viagem, quando necessárias ao desempenho de suas funções; e
- (d) eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser necessários, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

5.2.2. O crédito do Agente Fiduciário, por despesas comprovadas e razoavelmente incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma das Cláusulas 5.2. e 5.2.1. acima, será acrescido à dívida da Emissora e preferirá às Debêntures na ordem de pagamento.



5.2.3. O ressarcimento das despesas será efetuado em até 10 (dez) dias úteis da entrega à Emissora dos documentos comprobatórios das despesas efetivamente incorridas, necessárias à proteção dos direitos dos Debenturistas.

CLÁUSULA VI
AGENTE FIDUCIÁRIO

6.1. A Emissora nomeia e constitui a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, qualificada no preâmbulo desta Escritura de Emissão, como agente fiduciário da Emissão, que, neste ato e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da legislação e regulamentação aplicável e da presente Escritura de Emissão, representar perante a Emissora os interesses da comunhão dos Debenturistas.

6.2. O Agente Fiduciário dos Debenturistas, nomeado na presente Escritura de Emissão, declara:

- (a) aceitar a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstas na legislação e regulamentação aplicável e nesta Escritura de Emissão;
- (b) aceitar integralmente a presente Escritura de Emissão, todas suas cláusulas e condições;
- (c) sob as penas da lei, não estar impedido, nos termos do artigo 66, parágrafo terceiro, da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 10 da Instrução CVM nº 28, de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM nº 28"), e eventuais alterações para exercer a função que lhe é conferida;
- (d) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer plenamente suas funções;
- (e) que é uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (f) que está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (g) que os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) que a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;

GDY



- (i) que esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculante do Agente Fiduciário, exequível de acordo com seus termos e condições; e
- (j) ter verificado os limites de emissão previstos no artigo 60 da Lei das Sociedades por Ações.

6.3. O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão, devendo permanecer no exercício de suas funções até a liquidação final das Debêntures ou até sua efetiva substituição.

6.4. Será devida pela Emissora ao Agente Fiduciário, a seguinte remuneração, a título de honorários pelos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação e regulamentação aplicáveis e desta Escritura de Emissão:

- (a) parcelas trimestrais de R\$ 6.625,00 (seis mil seiscentos e vinte e cinco reais), devidas a primeira na data da assinatura desta Escritura de Emissão, sendo que a primeira parcela trimestral será no valor de R\$ 3.625,00 (três mil seiscentos e vinte e cinco reais), devido ao desconto da parcela única do item "b" abaixo;
- (b) parcela única de R\$ 3.000,00 (três mil reais), a título de implantação da operação, devida quando da aceitação da proposta para prestação de serviços ao Agente Fiduciário, a ser paga 10 (dez) dias úteis após a análise e emissão dos comentários do Agente Fiduciário sobre a Escritura de Emissão, observado o disposto na alínea (a) acima;
- (c) para implementação das decisões tomadas em reunião formal ou Assembléia Geral de Debenturistas, se houver, será devida uma remuneração adicional equivalente a R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais) por hora-homem de trabalho dedicado à tais atividades, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora;
- (d) os impostos e contribuições incidentes diretamente sobre os honorários (tais como ISS, IR Retido na Fonte, Cofins, PIS, CSLL e outros que venham a incidir) serão acrescidos à remuneração proposta às alíquotas vigentes na data dos pagamentos
- (e) as parcelas dispostas nas alíneas acima serão atualizadas anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M/FGV, a partir de 01 de agosto de 2005, ou, na falta deste, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão;
- (f) a remuneração prevista na alínea (a) e (c) acima será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando na cobrança de inadimplências referentes às Debêntures não sanadas pela Emissora;
- (g) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas e,

GAT

conforme previsto na legislação e regulamentação aplicáveis e nesta Escritura de Emissão, ressarcidas pela Emissora, observado o disposto na Cláusula 5.2.3 acima. Tais despesas a serem adiantadas pelos Debenturistas incluem também os gastos razoáveis com honorários advocatícios, depósitos, custas e taxas judiciárias nas ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações contra ele intentadas no exercício de sua função, nos termos desta Escritura de Emissão. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas serão igualmente submetidas à aprovação e, se for o caso, suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência;

- (h) a remuneração do Agente Fiduciário compreende a elaboração de um relatório anual, na forma estipulada na Instrução CVM nº 28;
- (i) não estão incluídas na remuneração as eventuais despesas relativas a viagens, estadias e publicações necessárias ao exercício das atribuições do Agente Fiduciário, durante ou após a fase de implantação do serviço. Essas despesas, se necessárias, deverão ser acordadas previamente com a Emissora; e
- (j) a remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas por este incorridas no exercício de suas funções e no cumprimento de seus deveres, que serão reembolsadas pela Emissora na forma das Cláusulas 5.2., 5.2.1., 5.2.2. e 5.2.3. acima.

6.5. São deveres do Agente Fiduciário, sem prejuízo de outros previstos na legislação e regulamentação aplicáveis:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de que qualquer outra modalidade de inaptidão;
- (c) conservar, em boa guarda, toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas na Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas e defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover nos órgãos competentes, caso a Emissora não o faça, o registro desta Escritura de Emissão e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, a Emissora deverá

GDP
mu

fornecer ao Agente Fiduciário as informações e documentos necessários ao referido registro;

- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das Varas da Fazenda Pública, Cartórios de Protesto, Juntas de Conciliação e Julgamento, das Varas da Justiça Federal e da Procuradoria da Fazenda Pública do foro da sede da Emissora;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, Assembléia de Debenturistas, mediante anúncio publicado, pelo menos três vezes, nos jornais indicados na Cláusula 4.22.1. desta Escritura de Emissão;
- (k) comparecer à Assembléia de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (l) elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo primeiro, alínea "b", da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
 - (i) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (ii) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora, principalmente aqueles descritos na alínea (o) da Cláusula 4.16.1. acima;
 - (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (v) resgate, amortização e pagamento da Remuneração das Debêntures realizados no período;
 - (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio da 5ª Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;



- (vii) relação dos bens e valores eventualmente entregues à sua administração;
- (viii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
- (ix) declaração sobre sua aplicação para continuar no exercício da função de Agente Fiduciário;
- (m) colocar o relatório de que trata a Cláusula anterior à disposição dos Debenturistas, no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais:
 - (i) na sede da Emissora;
 - (ii) no seu escritório ou, quando instituição financeira, no local por esta indicado;
 - (iii) na CVM;
 - (iv) nas Bolsas de Valores e mercados de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora; e
 - (v) nas dependências da instituição financeira que liderar a colocação das Debêntures da 5ª Emissão, conforme por esta indicado;
- (n) publicar, às expensas da Emissora, nos jornais indicados na Cláusula 4.22.1. desta Escritura de Emissão, anúncios comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados na alínea (m) acima;
- (o) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, solicitação de informações à Emissora e ao Banco Mandatário e Escriturador;
- (p) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas ou amortizadas, se for o caso;
- (q) fiscalizar o cumprimento das cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e não fazer; e
- (r) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias da ocorrência do evento, de qualquer inadimplência, pela Emissora, de obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores informações. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e às Bolsas de Valores ou mercado de balcão organizado em que forem negociados os valores mobiliários da Emissora. Caso não seja possível notificar individualmente os Debenturistas, o Agente Fiduciário fará publicar a comunicação de que trata esta alínea (r) nos jornais e na forma indicada na Cláusula 4.22. desta Escritura de Emissão.

GAP



6.6. Observado o disposto na Cláusula 4.16. acima, no caso de inadimplência da Emissora, o Agente Fiduciário adotará todas as medidas (judiciais ou extrajudiciais) para proteger direitos ou defender interesses da comunhão dos Debenturistas, devendo, para tanto:

- (a) declarar antecipadamente verdadeiras as Debêntures, na forma e nas hipóteses permitidas nesta Escritura de Emissão e cobrar seu principal e acessórios, observadas as condições da presente Escritura de Emissão;
- (b) requerer a falência da Emissora ou iniciar procedimento da mesma natureza, quando aplicável;
- (c) tomar todas as providências necessárias para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou similar, liquidação, dissolução e/ou extinção da Emissora.

6.6.1. Observado o disposto nas Cláusulas 4.16.2. e 4.16.3., o Agente Fiduciário, somente se eximirá de responsabilidade pela não-adoção das medidas contempladas nas alíneas (a), (b), e (c) da Cláusula 6.6 acima se, convocada a Assembléia de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em Circulação. Na hipótese de que trata a alínea (d) da Cláusula 6.6 acima, será suficiente a deliberação por Debenturistas representando a maioria das Debêntures em Circulação.

6.7. Na hipótese de ausência, impedimento temporário, renúncia, liquidação, dissolução, extinção ou qualquer outro caso de vacância na função de Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembléia de Debenturistas para a escolha do novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em Circulação, ou pela CVM. Na hipótese de a convocação não ocorrer até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar-la, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório, enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário. A substituição não implicará remuneração ao novo agente fiduciário superior a ora avençada para o Agente Fiduciário.

6.7.1. Na hipótese de o Agente Fiduciário, por circunstâncias posteriores à Emissão, ficar impedido de continuar a exercer a função, deverá este comunicar imediatamente o fato à Emissora e aos Debenturistas e pedir sua substituição.

6.7.2. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo para a subscrição e integralização da totalidade das Debêntures, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembléia de Debenturistas especialmente convocada para esse fim e mediante o voto afirmativo dos detentores de metade mais uma das Debêntures em Circulação.



6.7.3. Caso ocorra a efetiva substituição do Agente Fiduciário, o substituto receberá a mesma remuneração recebida pelo Agente Fiduciário em todos os seus termos e condições, sendo que a primeira parcela de remuneração devida ao substituto será calculada *pro rata temporis*, a partir da data de início do exercício de sua função como agente fiduciário. Esta remuneração poderá ser alterada de comum acordo entre a Emissora e o agente fiduciário substituto, desde que previamente aprovada pela Assembléia de Debenturistas.

6.7.4. Em qualquer hipótese, a substituição do Agente Fiduciário ficará sujeita a comunicação prévia à CVM e às normas aplicáveis.

6.7.5. A substituição do Agente Fiduciário, em caráter permanente, será objeto de aditamento à Escritura de Emissão, que deverá ser averbado na JUCESP, onde será inscrita a presente Escritura de Emissão.

6.7.6. Em caso de renúncia do Agente Fiduciário, este deverá permanecer no exercício de suas funções até sua efetiva substituição.

6.7.7. Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, este deverá repassar a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data do último pagamento da remuneração prevista na Cláusula 6.4. desta Escritura de Emissão até a data da efetiva substituição do Agente Fiduciário, ao agente fiduciário substituto, como forma de remuneração aos serviços a serem por ele prestados.

CLÁUSULA VII ASSEMBLÉIA DOS DEBENTURISTAS

Convocação

7.1. Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembléia de Debenturistas, nos termos do artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

7.2. A Assembléia de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em Circulação, ou pela CVM.

7.3. A convocação dar-se-á mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, nos órgãos de imprensa nos quais a Emissora deve efetuar suas publicações, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

7.4. Aplica-se à Assembléia de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações para a assembleia geral de acionistas.

7.5. As Assembleias de Debenturistas serão convocadas com antecedência mínima de 15 (quinze) dias. A Assembléia de Debenturistas em segunda convocação somente



poderá ser realizada em, no mínimo, 8 (oito) dias após a data marcada para a instalação da Assembleia em primeira convocação.

7.6. Independentemente das formalidades previstas na Lei e nesta Escritura de Emissão, será considerada regular a Assembleia de Debenturistas a que comparecerem os titulares de todas as Debêntures em Circulação.

7.7. Nas deliberações da Assembleia de Debenturistas, cada Debênture dará direito a um voto, admitida a constituição de mandatários, Debenturistas ou não. As deliberações serão tomadas pela maioria dos presentes, com exceção das matérias para as quais estiver previsto *quorum* qualificado em leis ou na presente Escritura de Emissão.

7.8. As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os quoruns estabelecidos nesta Escritura de Emissão, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os titulares das Debêntures em Circulação, independentemente de terem comparecido à Assembleia ou do voto proferido na respectiva Assembleia de Debenturistas.

Quorum de Instalação

7.9. A Assembleia de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em Circulação e, em segunda convocação, com qualquer número de Debenturistas.

7.10. Para efeito da constituição de todos e quaisquer dos quoruns de instalação e/ou deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas previstos nesta Escritura de Emissão, considera-se "Debêntures em Circulação" todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora e as de titularidade de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), controladoras (ou grupo de controle) ou administradores da Emissora, de empresas controladas pela Emissora (diretas ou indiretas), ou de controladoras da Emissora (ou grupo de controle).

7.11. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias dos Debenturistas.

Mesa Diretora

7.12. A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito no mínimo pela maioria dos titulares das Debêntures presentes à Assembleia ou àquele que for designado pela CVM.

7.13. O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Quorum de Deliberação

7.14. Nas deliberações da Assembleia de Debenturistas, a cada Debênture caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Observado o



disposto nesta Cláusula, as alterações nas características e condições das Debêntures e da Emissão deverão ser aprovadas por ~~Debenturistas que representem~~, no mínimo, a maioria das Debêntures em Circulação, ~~observado que alterações na Remuneração e/ou Prazos de Vencimento, Amortização das Debêntures e nas cláusulas de vencimento antecipado deverão contar com aprovação de Debenturistas representando 85% (oitenta e cinco por cento) das Debêntures em Circulação.~~ Alterações a qualquer *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão, sobre uma determinada matéria, dependerão da aprovação de debenturistas que representem o *quorum* de deliberação previsto nesta Escritura de Emissão para referida matéria.

7.15. Sem prejuízo do *quorum* de 85% (oitenta e cinco por cento) previsto na Cláusula acima, na hipótese de extinção, ausência de apuração e/ou divulgação por mais de 30 (trinta) dias úteis após a data esperada para sua apuração e/ou divulgação, ou impossibilidade legal de aplicação de índice, taxa ou fator componente da Remuneração, o *quorum* necessário para definição da nova Remuneração aplicável às Debêntures deverá ser composto por Debenturistas que representem, no mínimo, 2/3 (dois terços) do total das Debêntures em Circulação.

CLÁUSULA VIII
DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

8.1. A Emissora declara e garante aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário que na data da assinatura desta Escritura de Emissão:

- (a) é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de companhia aberta, de acordo com as leis brasileiras;
- (b) cada uma das suas controladas é uma sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (c) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir suas obrigações aqui previstas, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários;
- (d) os representantes legais da Emissora que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em nome da Emissora, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (e) exceto conforme divulgado nos Prospecto Preliminar, a celebração desta Escritura de Emissão a realização da Emissão e a colocação das Debêntures não infringem de forma material e relevante nenhuma disposição legal, contrato ou instrumento dos quais a Emissora ou qualquer uma de suas controladas e coligadas sejam partes nem resultará em (i) vencimento antecipado de obrigação estabelecida em quaisquer desses contratos ou instrumentos, (ii) na rescisão de quaisquer desses contratos ou instrumentos, ou (iii) na criação de nenhum ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou de suas controladas;



- (f) a Emissora e cada uma das suas controladas, nesta data, detêm todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes necessárias para o exercício de suas atividades, as quais encontram-se válidas e em pleno efeito;
- (g) a Emissora e cada uma de suas controladas cumpre as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que lhe são aplicáveis em qualquer jurisdição na qual realize negócios ou possua ativos, exceto aquelas que estão sendo contestadas pelos meios legais ou administrativos apropriados, ou aquelas cujo descumprimento não possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora ou cada uma de suas controladas;
- (h) as demonstrações financeiras da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2002, de 31 de dezembro de 2003, de 31 de dezembro de 2004, de 30 de março de 2005 e 30 de junho de 2005 representam corretamente a condição financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil, não tendo havido até a data desta Escritura de Emissão, qualquer alteração relevante (exceto se expressamente mencionada no Prospecto Definitivo) nas informações financeiras e patrimoniais da Emissora refletidas nas demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2005 então encerrado;
- (i) o Prospecto Preliminar contém, em suas respectivas datas, conforme o caso, todas as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, relativamente à distribuição pública, às Debêntures, à Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, tendo sido elaborados de acordo com as normas pertinentes;
- (j) as opiniões, análises e previsões (se houver) expressas no Prospecto Preliminar que digam respeito exclusivamente à Emissora, às suas controladora diretas e indiretas e às suas coligadas serão dadas de boa-fé, consideradas todas as circunstâncias materiais e relevantes que possam afetá-las e com base em suposições razoáveis;
- (k) não há fatos relativos à Emissora ou cada uma das suas controladas, ou às Debêntures não divulgados no Prospecto Preliminar cuja omissão, no contexto da Emissão, faça com que alguma declaração relevante constante do Prospecto seja enganosa, incorreta ou inverídica, e afete de maneira adversa a Emissora e/ou a Emissão;
- (l) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar, na data de assinatura desta Escritura de Emissão não há nenhuma ação judicial, procedimento administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, de conhecimento da Emissora ou de cada uma de suas controladas, que possa afetar de maneira adversa relevante a Emissora ou cada uma de suas controladas consideradas de forma consolidada;



110501

- (m) esta Escritura de Emissão constitui obrigação legal, válida e vinculativa da Emissora, exequível de acordo com os seus termos e condições, no que se refere exclusivamente à Emissora.

CLÁUSULA IX
NOTIFICAÇÕES

9.1. Todos os documentos e as comunicações a serem enviados por qualquer das Partes, nos termos desta Escritura de Emissão, deverão ser encaminhados para os seguintes endereços:

Para a Emissora:

NET Serviços de Comunicação S.A.
Rua Verbo Divino, 1356, 1º andar
Chácara Santo Antônio
CEP: 04719-002
São Paulo – SP
Tel.: (11) 2111-2785
Fax.: (11) 2111-2780
At: Sr. Leonardo Porciúncula Gomes Pereira
E-mail: leonardo.pereira@netservicos.com.br

Para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A
Av. das Américas, 500, Bloco 13, Grupo 205
Condomínio Downtown – Barra da Tijuca
22640-010 Rio de Janeiro – RJ
Tel: (021) 2493-7003
Fax: (021) 2493-4746
At: Sr. Juarez Dias Costa
Email: agente@oliveiratrust.com.br
Página na rede mundial de computadores: www.oliveiratrust.com.br

Para o Banco Mandatário e Escriturador:

Banco Bradesco S.A.
Cidade de Deus – Vila Iara
Osasco – SP

Com cópia

Para a Bovespa:

Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA
Rua XV de Novembro, 275
01013-001 Centro - São Paulo – SP
página da rede mundial de computadores: www.bovespa.com.br



Para a CETIP:

Câmara de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos - CETIP
Rua Líbero Badaró, 425/24º andar
São Paulo, SP - CEP 01009-000

Av. República do Chile, 230, 11º andar,
Rio de Janeiro, RJ - CEP 20031-170
página da rede mundial de computadores: www.cetip.com.br

9.2. Os documentos e as comunicações serão considerados entregues quando recebidos, conforme o caso, sob protocolo ou com "Aviso de Recebimento" expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços acima. As comunicações efetuadas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo expedido pelo equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo constem informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da comunicação.

9.3. Os originais dos documentos enviados por fac-símile ou por correio eletrônico deverão ser encaminhados para os endereços mencionados na Cláusula 9.1 acima em até 24 (vinte e quatro) horas após o envio da mensagem.

CLÁUSULA X
DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura de Emissão. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento das obrigações da Emissora, prejudicará tais direitos ou faculdades ou constituirá uma renúncia aos mesmos ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.2. Esta Escritura de Emissão é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.

10.3. Caso qualquer das disposições desta Escritura de Emissão venha a ser julgada inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituir a disposição afetada por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.4. Esta Escritura de Emissão constitui o único e integral negócio entre as Partes, com relação ao negócio nela previsto.



10.5. As palavras e os termos constantes desta Escritura de Emissão, aqui não expressamente definidos, grafados em português ou em qualquer língua estrangeira, bem como quaisquer outros de linguagem técnica e/ou financeira ou não, que, eventualmente, durante a vigência da presente proposta, no cumprimento de direitos e obrigações assumidos por ambas as partes, sejam utilizados para identificar a prática de quaisquer atos ou fatos, deverão ser compreendidos e interpretados em consonância com os usos, costumes e práticas do mercado de capitais brasileiro.

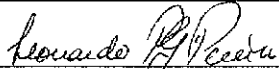
10.6. As Partes declaram, mútua e expressamente, que a presente Escritura de Emissão foi celebrada respeitando-se os princípios de probidade e de boa-fé, por livre, consciente e firme manifestação de vontade das Partes e em perfeita relação de equidade.

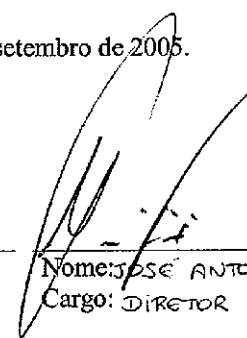
10.7. Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura oriundas desta Escritura de Emissão.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente Escritura de Emissão em 4 (quatro) vias de igual teor e forma e para o mesmo fim, juntamente com as 02 (duas) testemunhas abaixo.

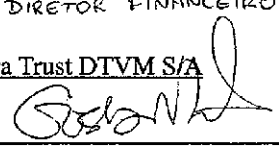
São Paulo, 2 de setembro de 2005.

NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.


Nome: LEONARDO P. GOMES PEREIRA
Cargo: DIRETOR FINANCEIRO

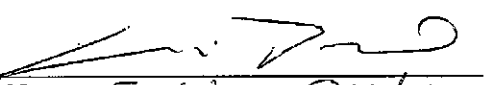

Nome: JOSE ANTONIO GUARALDI FELIX
Cargo: DIRETOR DE OPERAÇÕES

Oliveira Trust DTVM S/A


Nome:
Cargo: Gustavo Dezouart T. Pinto
Procurador

TESTEMUNHAS:


Nome:
RG:
Caio Rodrigues Leal Pinto
RG 10853980-0 IFP/RJ
CPF 087.739.077-07


Nome: FELIPE PORTUGAL
RG: 11491218-1 IFA/RJ

